



SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: CARACTERIZAÇÕES E PREOCUPAÇÕES

Wagner Leal Arienti

Universidade Federal de Santa Catarina
wagner.arianti@ufsc.br

Resumo

A curricularização da extensão nos cursos de graduação das universidades brasileiras, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, 2014-2024, está em sua fase inicial de implementação. Para manter os objetivos da extensão na formação dos estudantes e atingir o ideal de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é preciso ter uma aplicação da definição de extensão estabelecida pela legislação. A aplicação, assim como a trajetória do abstrato ao concreto, não é direta e fácil. Por esta razão, o objetivo do artigo é propor algumas características da extensão para orientar atividades para que se aproximem dos objetivos da curricularização da extensão. Da mesma forma, o artigo indica algumas preocupações com problemas que os cursos de graduação terão que enfrentar na aplicação da curricularização da extensão. Dadas as caracterizações propostas e as preocupações elencadas, de forma não exaustiva, a curricularização da extensão terá que enfrentar desafios, tais como: ampliação da oferta de atividades de extensão, valorização das atividades de extensão, novas formas de relacionamento com a sociedade e atitude mais propositiva e ativa de professores e estudantes.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Atividades de Extensão; Curricularização da Extensão.

THIRD MISSION IN UNDERGRADUATE CURRICULUM IN BRAZILIAN UNIVERSITIES: CHARACTERIZATION AND CONCERNS

Abstract

The implementation of third mission in undergraduate curriculum of the Brazilian university, established by National Education Plan, 2014-2024, is in its initial phase. Third mission in Brazilian universities has been in a transition from marginalization to massification of activities to students. In order to reach both the aims of university's student capacitation and the ideal of the relation among teaching, research and social engagement through student's actions is necessary to have a precise definition and a more specific characterization of university's third mission. The objective of the present article is to propose characteristics of university's third mission in order to guide formulation of programmes and projects in accordance with the intention of the Education Plan. There are also the statement of some obstacles that university's courses have to endure in order to achieve the objectives of third mission in Brazilian university.

Keywords: Third Mission in University; Third Mission Activities; Implementation of Third Mission.

SOBRE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN: CARACTERIZACIÓN Y PREOCUPACIONES

Resumen

La curricularización de la extensión en los cursos de graduación en las universidades brasileñas, establecida por el Plan Nacional de Educación, 2014-2024, está en su fase inicial. La extensión universitaria inicia una nueva etapa de transición de la marginación a la masificación en su oferta de actividades. Para mantener los objetivos de la extensión en la formación de los estudiantes y alcanzar el ideal de inseparabilidad de la docencia, la investigación y la extensión, es necesario tener una definición precisa y una caracterización más específica de las actividades de extensión para los estudiantes. El objetivo del artículo es proponer algunas características de la extensión para orientar propuestas de programas y proyectos que aborden los objetivos de la curricularización de la extensión. Asimismo, el artículo señala algunas preocupaciones sobre los problemas que deberá enfrentar la extensión en su fase inicial.

Palabras clave: Extensión Universitaria; Actividades de Extensión; Curricularización de la Extensión.



INTRODUÇÃO

A extensão como atividade universitária já passou por várias fases que contribuíram para uma melhor compreensão de seu significado, sentido e contribuição para a formação dos estudantes (OLIVEIRA; GOULART, 2015). Em termos contemporâneos, a extensão universitária entrará em nova fase e passará por novo desafio. Apesar de ter sido legitimada por vários movimentos, desde o Manifesto de Córdoba (SERVA, 2020), as manifestações da década de 1960 (GURGEL, 1986 apud CABRAL, 2012), por livros (FREIRE, 1983, SANTOS, 2011) e artigos (GADOTTI, 2017, MUSSOI; LENZI, 2015), por manifestos de pró-reitores e a proposição de Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), e legalizada pela Constituição Federal que refere-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e outras leis, como os Planos Nacionais de Educação (BRASIL, 2014), a extensão universitária enfrentará um novo desafio: a implantação da curricularização da extensão (CNE, 2018).

Em passado recente, o reconhecimento da extensão como atividade universitária permitiu sua inclusão nas atividades curriculares dos estudantes. No entanto, para vários cursos, a extensão era atividade opcional, havendo conseqüentemente pouca oferta. Com a curricularização da extensão, proposta pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 e pelo Conselho Nacional de Educação (2018), ao determinar obrigatoriamente de 10% da carga horária dos cursos em atividades de extensão, aumenta a dimensão da extensão nas proposições pedagógicas dos professores e na formação acadêmica, profissional e cidadã dos estudantes, conforme a Resolução no. 7 de 18-12-2018 do Conselho Federal de Educação (CNE, 2018) que estabelece as diretrizes da nova fase de extensão universitária. A questão deste artigo é dar algumas orientações sobre sua implementação, com perseguição próxima de suas principais diretrizes, e levantar alguns problemas que podem ser vislumbrados e observados em sua fase inicial. Há uma distância entre intenção e gesto, entre abstrato e concreto, entre proposição legal e efetiva implementação, por isto a preocupação.

Dado que foi aprovado o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), cabe contribuir, ainda que através de um ensaio, para que as universidades persigam objetivos e metas fixados. Não é o mero estabelecimento de diretrizes em texto legal que garante, por sua vez, o caráter pedagógico das atividades de extensão. Em termos mais específicos e relacionado ao objetivo do artigo, cabe fazer algumas reflexões e orientações sobre características de atividades de extensão e revelar algumas preocupações em relação a perseguição dos objetivos e metas colocados para a extensão universitária.

De acordo com a meta 12.7 do PNE 2014-2024 para a educação superior, temos:

"12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social".(BRASIL, 2015, 73)

A partir desta meta, as universidades começaram uma discussão sobre ‘curricularização da extensão’ ou ‘creditação da extensão’ e tomaram providências para iniciar sua implementação, (UFSC, 2022) . Começa, assim, um grande desafio. Em termos quantitativos, alguns cursos passam de atividades de extensão opcional para obrigatoriedade de 10% da carga horária do curso, o que pode ser considerado como uma meta ambiciosa ou, como colocado adiante, uma mudança da oferta marginal para uma oferta massificada.¹ Mas também há a preocupação em caracterizar melhor atividades de extensão voltadas para os estudantes que atendam a curricularização e se aproximem dos objetivos da extensão como atividade curricular e de formação.

De um lado, a expansão das atividades das universidades, para além da referência do modelo humboltiano (PINHEIRO, 2016) de se concentrar em ensino e pesquisa, acarretou que as novas ações fossem denominadas generalizadamente como a ‘terceira missão’ (ou *third mission*, como é denominado na literatura internacional, principalmente britânica) (LAREDO, 2007), ou como engajamento social (*social engagement* na literatura dos EUA) (FITZGERALD et al., 2012) e extensão, como é utilizado na universidade brasileira. Neste sentido amplo e antes de uma melhor proposição e definição da extensão (FORPROEX, 2012, CNE, 2018) extensão era entendida como um termo ‘guarda chuva’ que abarcava qualquer atividade que se diferencia do ensino e da pesquisa. Os estudantes e professores participam da expansão da universidade ao realizar múltiplas atividades, como viver a democracia da administração universitária, promover e participar de palestras, seminários e congressos, organizar e participar de empresas juniores, incubadoras e fundação de *start-ups*. Entre as múltiplas atividades na universidade, deve-se diferenciar e caracterizar melhor a extensão e sua contribuição para a formação do estudante.

Como proposto abaixo, a definição de extensão universitária pela Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) é uma boa diretriz, embora ainda geral. Pode-se contribuir com algumas especificações e caracterizações para que a oferta futura de atividades de extensão venha a se aproximar dos objetivos fixados pela legislação (CNE, 2018). A aplicação de um proposição

¹ Como professor que leciona principalmente para o curso de Ciências Econômicas, posso defender a hipótese de que este é o caso na maioria dos cursos de Ciências Econômicas.

legal não é fácil, assim como não é a trajetória do abstrato para o concreto. Qual a caracterização da extensão para fins de curricularização? As universidades vem demonstrando esta preocupação em orientações para que os cursos estabeleçam sua política de extensão (UFSC, 2012).

Para que a curricularização não seja tão difícil em sua implementação inicial, como é normal em toda transição, é importante ter uma referência conceitual sobre a extensão como atividade formativa dos estudantes, como é a proposição da curricularização e como é o objetivo mais geral de alcançar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É importante também ter referências mais pragmáticas pois deve haver maior oferta de atividades de extensão com participação de estudantes que, por sua vez, persigam os objetivos pedagógicos da extensão. As referências mais abstratas, conceituais e gerais devem se conjugar também com referências mais concretas, pragmáticas e específicas para que as ofertas de programas e projetos se aproximem dos objetivos. Deve haver sempre a tentativa de aproximar o ideal, proposto pela filosofia da Educação (KERR, 1963, FREIRE, 1983, SANTOS, 2011) e pela legislação (CNE, 2018, PROFOEX, 2012) com a realidade da relação entre professores e estudantes quando envolvidos em extensão. Com este propósito, o artigo pretende apresentar uma caracterização da extensão como uma forma de contribuir para a elaboração de atividades que venham a cumprir os requisitos da curricularização da extensão. Mesmo sem ser exaustivo nesta caracterização, é também importante vislumbrar algumas dificuldades a serem enfrentadas logo de início e indicar algumas possibilidades de superação.

Portanto, a motivação do artigo é reconhecer, e se possível contribuir, para o grande esforço que as universidades terão que fazer para incentivar a proposição, por parte de professores, de atividades de extensão, elevar o número de oferta de programas, projetos e atividades, conscientizar estudantes para a sua participação, para cumprir a meta estabelecida e, principalmente, para se aproximar dos objetivos propostos pela filosofia e pedagogia que embasa a extensão. A preocupação fundante do presente artigo é que a meta de 10% da carga horária dos currículos é ambiciosa e que as universidades terão que fazer um grande salto da marginalização das atividades de extensão, em termos quantitativos, para a sua massificação e incorporação ao cotidiano da comunidade universitária.²

² Há uma diversidade de cursos de graduação. Alguns cursos, como Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito e Serviço Social, têm uma tradição de atividades de extensão. De outro lado, alguns cursos de graduação, como Ciências Econômicas, área em que atuo, Administração, Contabilidade e Engenharias têm pequena oferta de programas e projetos de extensão, sendo a participação em atividades de extensão como opcional para os estudantes. Como a legislação de curricularização da extensão obriga todos os cursos a terem uma carga horária mínima de 10% de

Com o intuito de contribuir para uma boa oferta de programas e projetos para fins de curricularização da extensão e perseguir o modesto objetivo de alertar para algumas de suas dificuldades e possíveis caminhos de superação, o artigo tem as seguintes seções. Na seção 2, a partir de definição de extensão universitária dada pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e Conselho Nacional de Educação (CNE, 2018), considerada uma boa referência, será destacado que a extensão indica uma relação, através de ações, dos estudantes com a comunidade não acadêmica e uma troca de conhecimentos. A partir daí, haverá a proposição e comentários de um rol não exaustivo de características para as atividades de extensão curriculares visando que a relação entre estudantes e comunidades da sociedade se aproxime dos seus objetivos. Na seção 3, haverá a indicação de preocupações dos desafios iniciais que a curricularização da extensão terá que enfrentar na atual estrutura da universidade que havia inserido a extensão apenas de forma marginal e, a partir de agora com a curricularização, terá que ampliar sua oferta. As seções 2 e 3 são proposições de hipóteses, portanto o artigo é um ensaio para orientar programas e projetos. Na fase inicial de curricularização da extensão, acredita-se ser uma contribuição. A última seção é breve resumo e, principalmente, um alerta para nos prepararmos para o grande desafio da curricularização da extensão.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO, DO ABSTRATO AO CONCRETO: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÕES

Uma boa definição de extensão universitária, a ser adotada como referência neste artigo, foi dada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2012):

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.”

Mais recentemente, como norma legal da curricularização, o Conselho Nacional da Educação (CNE, 2018) estabeleceu diretrizes para orientar a extensão para os estudantes. É importante destacar alguns trechos:

“Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a

extensão, para alguns cursos a oferta de programas e projetos será uma tarefa quantitativamente grandiosa.

interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.”

A definição e diretrizes legais permitem amplo espaço para múltiplas atividades de extensão, o que é salutar pois há vários meios e ações de se fazer a interação entre sociedade e universidade de forma que os estudantes tenham uma experiência de aprendizado no contato e ação com a comunidade. Com estas referências conceituais e diretrizes normativas, acredita-se que seja em benefício de uma maior clareza, precisão e aplicação prática, uma caracterização de atividades para que estas sejam uma orientação mais pragmática, em combinação com as orientações mais gerais, para incentivar oferta de atividades de extensão. Definição e diretrizes ainda estão em nível geral, a proposição, formulação e oferta de programas e projetos são mais específicos. Neste sentido, a proposta de caracterização tem o objetivo ser mais específica e concreta na orientação para formulação de programas, projetos e outras atividades de extensão. Esta caracterização, ainda que tentativa e preliminar, visa dar incentivo aos professores para oferta de atividades curriculares para os alunos e, por sua vez, conscientizar os alunos que a atividade a ser realizada faz parte de sua formação e precisa haver a integração com o ensino de disciplinas e a pesquisa a ser realizada, possivelmente em temas de trabalhos de conclusão de curso.

Entre as características, visamos destacar, pelo menos, seis.

1- Com e para a comunidade não universitária e acadêmica:

Primeiro, a extensão para fins de curricularização refere-se à ação da comunidade universitária, obrigatoriamente com participação de estudantes, como veremos, com a comunidade não universitária e não-acadêmica. A referência a ação com a comunidade em geral, excluindo a comunidade acadêmica e universitária, deve-se a necessidade de caracterizar a extensão especificamente para fins de curricularização, isto é, que envolva a participação de

estudantes. Além disso, é importante diferenciar a extensão, como definida acima, das atividades docentes ligadas à pesquisa e ao ensino. Publicação de artigos, palestras em congresso acadêmico ou profissional, cursos em outras universidades estão mais relacionados a extensão da pesquisa e do ensino, principalmente realizadas por professores, do que a extensão como comunicação e interação com a comunidade e sociedade com participação e protagonismo dos estudantes.

Uma primeira característica a ser ressaltada deve-se a busca constante da interação dialógica da comunidade acadêmica com os grupos sociais. Inicialmente, o professor proponente e coordenador da atividade propõe programas e projetos para a sua equipe, principalmente com participação de estudantes, ir a comunidade não acadêmica e iniciar uma conversa com os grupos sociais foco das atividades. A partir do diálogo, quando se apresenta as proposições iniciais do projeto e quando se ouve as demandas dos grupos sociais, começa a vivência e experiência e aprendizado da extensão. Entendido as demandas, o que permite uma reelaboração dos objetivos do projeto de forma mais realista e específica, estudantes, ainda em conjunto com membros da comunidade, podem iniciar uma ação para a comunidade. Para que a extensão não seja mero assistencialismo (MARTINS, 2016), precisa ser em conjunto com a comunidade. E para que seja uma aplicação conjunta de conhecimentos dos estudantes e da comunidade, precisa ser para atender demandas da comunidade.

É importante destacar que as características, que devem ir conjuntamente, de dialogar com a comunidade e agir para a comunidade são essenciais para que a atividade de extensão não caía em dois abismos, a arrogância da transferência unilateral de conhecimento e o assistencialismo. Portanto, deve haver diálogo com a comunidade, não deve haver imposição de um conhecimento (arrogância), nem assistencialismo, isto é, os estudantes fazem uma assistência, doação ou caridade sem aprenderem nada ou pouco e sem ensinarem nada ou pouco para a comunidade.

2- Extensão como ação geradora de resultados para a comunidade e conhecimento para estudantes:

Uma segunda característica deriva do próprio termo extensão e da primeira característica, qual seja, é uma ação que implica em relacionamento com a comunidade e sociedade, entendida como geral porém não acadêmica e universitária, seja indo até a comunidade, portanto indo além do espaço dos campi, ou trazendo a comunidade para os espaços universitários. O importante é o planejamento, organização, diálogo, ação, resultado e avaliação do resultado.

A meta de curricularização do Plano Nacional de Educação estabelece que programas e

projetos de extensão devem se orientar prioritariamente para áreas de grande pertinência social (PNDE, 2015). No entanto, sejamos também modestos, ações de extensão universitária podem ajudar a melhorar uma comunidade, mas seus impactos são restritos aquela comunidade e ao local da ação. Não são políticas sociais. Atividades de extensão devem ter, assim se espera, um impacto positivo para a comunidade em foco. De um lado, não tem abrangência, como as políticas sociais devem ter, de outro lado devem ter um impacto positivo para a comunidade.

Quando da avaliação do resultado da extensão, deve-se analisar não apenas o resultado para a comunidade mas sobretudo o processo de diálogo com a comunidade para o planejamento da ação e a realização do trabalho conjunto de estudantes e membros da comunidade. Portanto, a análise e avaliação da ação de extensão deve levar em conta o conhecimento adquirido pelos estudantes ao longo do processo de interação com a comunidade. Entre as características que se deve dar atenção na avaliação dos estudantes é a sua participação no diálogo com a comunidade e, por sua vez, a ampliação de seu próprio conhecimento, principalmente como um nova fonte de conhecimento, a partir do diálogo com grupos sociais.

3- Professores como proponentes, estudantes como realizadores junto à comunidade

Terceira característica, e fundamental para a curricularização da extensão e que vale a pena ser ressaltada: a atividade de extensão é para ser desenvolvida e realizada por estudantes. Os professores são proponentes iniciais de um programa ou projeto, definem o objetivo e a metodologia das ações. A implementação deve ser feita por equipe participante, que envolve além do professor proponente, servidores, estudantes e membros da comunidade. Deve-se ressaltar a característica, para se alcançar os objetivos da curricularização da extensão, que os estudantes na vivência e diálogo com os membros da comunidade devem trazer novas informações para os coordenadores da atividade para que haja um melhor planejamento e organização das atividades. Ao longo da implementação, há a reformulação de vários itens do projeto inicial. O professor e ou técnico administrativo, por ser responsável pelo projeto e pela sua avaliação, deve incentivar a incorporação de novas informações vindas dos estudantes e orientar a reorganização das atividades ao longo da implementação

No final do projeto, o professor é avaliador não apenas dos objetivos alcançados, que podem ser parciais, mas principalmente do aprendizado e, principalmente, da complementação na formação do estudante com o ensino e a pesquisa.

A experiência de diálogo, reformulação de objetivos e métodos e realização das ações devem ser feitos pelos estudantes em conjunto com membros da comunidade e com acompanhamento e orientação do coordenador. A participação em atividades de extensão pelos

estudantes deve ser diferente e complementar ao ensino e pesquisa. Isto implica que os estudantes devem fazer ações diferentes do ensino e da pesquisa, devem ter uma postura mais propositiva, ativa e diferente do que a tradicional postura de assistir aula, fazer prova e pesquisar em referências bibliográficas e em estatísticas para fazer trabalhos. Os estudantes devem ser bem informados sobre esta característica da extensão.

4- Aprendizagem bidirecional: do estudante para a comunidade, da comunidade para os estudantes

Quarta característica refere-se ao caráter bidirecional da ação de extensão e ao seu objetivo complementar ao ensino e pesquisa na formação do estudante. É importante ressaltar esta característica pois a extensão não tem o caráter apenas assistencialista como já chamava atenção Valêncio (1990) e Martins (2016), embora levar o conhecimento e melhorar a vida de comunidades carentes fazem parte da universidade e mesmo da cidadania. Extensão universitária é muito mais do que levar, transmitir, aplicar um conhecimento em uma comunidade. Aplicar um conhecimento, testar uma hipótese na realidade, operacionalizar um método e praticar uma técnica, sejam estes conhecimentos adquiridos previamente no ensino de uma disciplina ou em uma pesquisa anterior, implicam, assim se espera, em produzir um novo conhecimento. Este é o caso da pesquisa empírica, tem mais o caráter unidirecional, do pesquisadora gerando novo conhecimento.

A extensão tem a orientação de haver o diálogo com a comunidade, o conhecimento pelo diálogo deve ser bidirecional. Estudantes podem e devem levar seus conhecimentos para a comunidade. Mas devem também receber novos conhecimentos. Cabe ao professor fazer a integração com o ensino e com a pesquisa.

A filosofia da atividade de extensão, como colocado por Paulo Freire (1983), cuja definição da Política Nacional de Extensão Universitária (PROFOR, 2012) e Resolução do Conselho Nacional da Educação (CNE, 2018) seguem, extensão é comunicação com pessoas de uma comunidade, o que supõe e impõe uma relação de ensino e aprendizado bidirecional, não importa quão assimétrica seja a relação entre agentes e atores do conhecimento. O diálogo com a comunidade faz parte da atividade de extensão. Portanto, e isto deve ficar claro de início para o estudante participante, não é apenas o conhecimento ilustrado e codificado que os estudantes levarão para as comunidades, mas devem estar atentos também para aprender com este contato com a comunidade, com o conhecimento tácito dos membros da comunidade, por vezes, não codificado e sim baseado em vivência em um mundo específico e com transmissão oral, por isto a importância de saber ouvir (FREIRE, 1983, CAP. III).

No ensino tradicional a relação também é assimétrica, sendo esperado e

tradicionalmente aceito mais transmissão de conhecimento do professor para o aluno, do que do aluno para o professor. A relação estudantes e membros da comunidade será, assim se espera, bidirecional e possivelmente assimétrica, não cabe medir quem aprenderá mais, mas sim proporcionar um ambiente informal de aprendizado em que o aluno tenha consciência antecipada da oportunidade. Assim, o professor deve ressaltar esta característica da extensão relacionada a uma nova forma e ambiente de aprendizagem e com novos interlocutores diferentes dos colegas de turma e do professor. O estudante deve estar preparado, espera-se antes de começar a ação de extensão, para ter uma relação com a comunidade onde terá oportunidade de ensinar e aprender de uma forma diferente do ensino e pesquisa tradicionais (CABRAL, 2012, Cap. 3).

5- Extensão como complementar, e não paralela e competitiva, com ensino e pesquisa:

Quinto, a extensão deve ser complementar ao ensino e pesquisa na formação do estudante, ampliando esta formação com período de experiência e vivência com comunidades, como uma forma de aumentar seu contato, visualização de problemas e carências e entendimento de demandas de grupos sociais e diálogo na proposição de soluções e ações. Portanto, a extensão só cumprirá suas promessas e expectativas de alcançar a tão desejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se houver complementariedade com ensino e pesquisa. Cabe, portanto, ao professor coordenador avaliar não apenas o esforço e ação do estudante, mas também o quanto a participação na extensão contribui para sua formação.

De um lado, a participação em projetos e programas de extensão será, em termos de tempo e espaço do estudante, paralelo ao ensino em sala de aula e a pesquisa na biblioteca ou no computador. De outro lado, deve-se buscar a complementariedade, sendo esta uma tarefa de orientação do professor. Para o estudante, a atividade de extensão deve ser apresentada não como uma atividade paralela às demais tarefas das disciplinas, mas sim como uma nova forma de aprendizagem e também como um incentivo para o estudo. A extensão como um exercício de conhecimento de um problema concreto, pelo diálogo e inserção em uma comunidade, não pode ser entendido como um concreto caótico, mas sim intermediado por várias intermediações do conhecimento, a trajetória do abstrato para o concreto (MARX, 1983). Sendo que estas intermediações são dadas e estudadas pelas teorias e análises vindas do ensino e da pesquisa.

6- Relações bidirecionais entre ensino-extensão e pesquisa-extensão:

Em complemento a quinta característica, as relações entre ensino e extensão e pesquisa e extensão são também bidirecionais. O ensino de teorias gerais e análises de casos históricos

devem ser um referencial inicial para que haja a proposição de uma atividade de extensão. No entanto, o contato com a comunidade pode levar a sucessivas modificações no objetivo e método do projeto. É no diálogo com os agentes da comunidade que se entende melhor a condição e situação específica da comunidade que vive, por sua vez, problemas sociais e tem demandas específicas. O melhor conhecimento do concreto, através do diálogo, vivência e experiência, permite não apenas alterações no projeto inicial mas também reflexão, avaliações e escolhas de teorias com maior poder de explicação para o caso específico. O estudante chega para o diálogo com a comunidade com conhecimentos vindos das disciplinas de seu curso. Mas este conhecimento não é para ser imposto, nem para ser descartado. Deve, sim, ser filtrado, passar pelo grande teste de hipótese frente uma realidade específica. O conhecimento advindo do ensino é uma hipótese para o início da extensão, a atividade de extensão, com diálogos e ações, é um teste de hipóteses e reformulação de hipóteses para casos específicos, (BOTOMÉ, 1996, Cap. 3).

A relação extensão e a pesquisa também é bidirecional. A proposição de projeto de extensão pelo professor e a integração de estudantes às atividades são fruto, normalmente, de uma pesquisa bibliográfica e estatísticas de dados agregados sobre um problema e com uma hipótese de explicação. Este é um ponto inicial para a extensão, mas o processo de extensão envolve não apenas testar hipóteses gerais, mas construir novas hipóteses mais específicas para entender o caso daquela comunidade.

Por sua vez, o conhecimento do concreto com a convivência e diálogo com a comunidade deve, assim se espera, ampliar o objeto de estudo e pesquisa dos estudantes. Há vários casos concretos perto dos campi universitários que são invisíveis, no sentido de não estudados e pesquisados. As estatísticas de variáveis agregadas não necessariamente permitem ver problemas locais. As grandes teorias não necessariamente explicam problemas específicos. A atividade de extensão ao vivenciar problemas específicos possibilita aos estudantes, assim se espera, a ampliação do objeto de estudo e de casos específicos que podem ser referência para as suas monografias de conclusão de curso. Fazendo, assim, a trajetória do concreto caótico para o abstrato e a volta para um concreto explicado, como esperado por Marx (1983).

Posto estas características, que não são exaustivas, pode-se vislumbrar alguns problemas que a curricularização da extensão pode inserir na vida universitária.

ALGUNS PROBLEMAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A definição ampla de extensão e a proposição de características específicas que devem ser observadas na proposição e implementação de programas e projetos permitem uma expectativa otimista, de um lado. A expectativa é de aproximação dos estudantes a problemas concretos de comunidades e de experiências com grupos sociais com condições precárias e demandas não atendidas ou não inseridas e visualizadas seja pelas políticas públicas, seja pelos incentivos de mercados respondidos pelas empresas. Uma antecipação de problemas, como será colocado a seguir, não é um visão pessimista ou um desincentivo a se tentar cada vez mais e melhor. Muito pelo contrário, são pontos a serem observados e avaliados nas primeiras experiências.

Há necessidade de se preparar para obstáculos e problemas que podem ocorrer nas primeiras iniciativas de extensão que venham a ter participação massiva e obrigatória de estudantes, como prevê a implantação da curricularização. Preocupações e indicações de obstáculos serão relacionados, também não exaustivamente, abaixo.

1 - De episódico para sistemático:

Ao se aproximar o prazo para a implantação da curricularização em vários cursos, sendo que alguns já começaram a experiência, é importante reconhecer desde logo que é um grande salto de difícil implementação inicial principalmente para cursos sem tradição de oferta de atividades de extensão. Trata-se de atividades cujos méritos e elogios são sobre seu caráter formativo para os estudantes, sobre a tão desejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que é de aceitação geral, assim se espera. Trata-se de uma atividade muito elogiada, com referência até na Constituição Federal, mas pouco realizada em alguns cursos de graduação. As experiências são esparsas, embora com bons relatos de em periódicos de extensão, mas mais relacionadas a alguns cursos, principalmente na área de saúde e educação. Trata-se, portanto, de um grande salto de transformar uma atividade marginal, no sentido de estar na margem quantitativa, em massificada, no sentido de envolver a participação da totalidade dos alunos de graduação. Portanto, temos, primeiro, que nos preocupar com relatos das primeiras experiências que envolvam uma boa quantidade de estudantes, para que se aproximem dos objetivos. Em seguida, deve-se avaliar as experiências e continuar perseguindo os objetivos, enriquecido das críticas às primeiras experiências. Uma atividade meritória não se impõe pelo seu idealismo, mas sim pela clareza de sua definição e características, avaliação das experiências e perseguição dos objetivos nas experiências posteriores, (MUSSOI; LENZI, 2015).

Para cursos com 3.000 horas, as atividades de extensão devem totalizar 300 horas, dado a exigência legal de 10% da carga horária. Deve-se criar espaços na grade curricular para os

estudantes terem tempo para fazer extensão. O que exigirá reformas curriculares nos cursos universitários, embora esteja claro que não deva haver aumento de carga horária total do curso.

A transformação de uma atividade opcional e de oferta minoritária, em termos de dedicação de carga horária de alunos e professores, em atividade sistemática e abrangente exigirá um grande esforço em vários cursos de graduação. O conjunto de professores de um departamento terá que propor e ofertar programas e projetos de extensão para os alunos realizarem atividades sob sua supervisão, o que implica em alterar a carga horária dos professores mais concentrada em ensino e pesquisa para incluir também extensão, seja individualmente ou para o coletivo de professores do departamento.

2- Mudança na hegemonia do modelo Capes:

A transformação de atividade esporádica em sistemática exigirá uma mudança no planejamento dos departamentos e seus professores. Por ora, este planejamento está voltado para atender critérios de avaliação, e por consequência de valorização, do modelo CAPES, que se tornou hegemônico (CAFÉ et al., 2017), (FERREIRA et al., 2018). É sabido que, pelos critérios de avaliação da CAPES, há uma valorização maior para o ensino de pós-graduação e para a publicação de pesquisa do que para a graduação e suas atividades de ensino e extensão, como critica a longo tempo Botomé (1996). O modelo CAPES deu prioridade, e foi bem atendido pelos professores, à ampliação das atividades da universidade para a pós-graduação e para a pesquisa com publicação segundo critérios de qualidade. Houve uma sintonia entre os critérios da CAPES e o desejo, interesse e capacitação dos professores em deslocar suas prioridades da graduação para a pós-graduação e dedicar boa parte de seu tempo para leitura, formulação de artigos, adequação às normas dos periódicos acadêmicos, responder a pareceres e, quando bem sucedido, ter seu artigo publicado. A atividade de pesquisa exige uma série de tarefas que consome o tempo do professor de dedicação exclusiva. Neste modelo CAPES houve elevação da excelência da universidade, mas houve também mais o efeito gangorra entre as atividades do tripé ensino, pesquisa e extensão do que o efeito maré alta³. Infelizmente, nem todos os barcos se ergueram, houve deterioração na qualidade da graduação, com seus índices de reprovação, abandono e jubilação elevados, e uma desatenção e mesmo desvalorização para a extensão não remunerada. Como transformar o modelo CAPES, com hegemonia por mais de 20 anos e responsável pela boa qualidade de nossos professores, formados neste modelo, para o modelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024?

³ Para deixar bem claro, o efeito gangorra é elevar o nível da pós-graduação e reduzir o nível da graduação. O efeito maré é subir graduação e pós-graduação juntos.

A hegemonia do modelo Capes deve também deixar de contaminar as resoluções de progressão funcional dos professores. Apesar de não haver sentido em forçar professores com dedicação e sucesso na pesquisa e publicação a fazerem extensão, deve haver, por sua vez, incentivo e pontuação em termos de avaliação de progressão funcional para a oferta de atividades de extensão. Como as universidades tem suas políticas específicas de progressão funcional, fica apenas a sugestão de que a curricularização da extensão exige uma valorização da atividade de extensão de professores.

3-Proposição de cima para baixo, mas implementação de baixo para cima:

O PNE, apesar de ser uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e supostamente discutida pela sociedade e seus representantes, estabeleceu metas e estratégias ambiciosas e que surpreenderam a comunidade universitária. Em realidade, vários cursos foram surpreendidos pela exigência de carga horária para a extensão como requer a curricularização. Se considerarmos a hegemonia do modelo CAPES, como colocado anteriormente, a proposição vitoriosa da curricularização no PNE é fruto de uma visão de Educação não-hegemônica. Independentemente de considerar que a visão deste grupo é progressista, o que é uma opinião pessoal, e empurra as universidades para sair de um atraso atávico em comparação com as universidades estrangeiras, foi uma imposição de cima para baixo. Conseguiram aprovar uma meta, mas para implementá-la será necessário um movimento que arregimente a base da comunidade universitária.

A meta de 10% da carga horária curricular para atividades de extensão é excessiva, se considerarmos que a extensão era opcional e não obrigatória nos currículos e muitos cursos pouco ofertavam atividades de extensão. Apesar de ser uma opinião pessoal, a carga horária que passou a ser obrigatória para atividades de extensão tem um impacto sobre os currículos do curso, sobre a organização do horário dos estudantes, pois a atividade de extensão exige tempos e espaços diferentes do ensino e pesquisa, que são mais concentrados nos campi. Inserir a obrigatoriedade da extensão nos currículos pode ser uma boa inovação, no entanto, pode-se avaliar que houve exagero ao fixar em 10% da carga horária para todos os cursos. O problema de implementação é que o exagero pode, ao trazer dificuldades para os estudantes, deteriorar a contribuição que a extensão pode trazer para os estudantes.

Para a efetiva e eficiente ampliação da extensão são necessários mais do que artigo na Constituição, meta no PNE e a repetição de um jargão “a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, e a doutrinação de uma visão progressista de educação. Precisar de um convencimento da maioria dos professores de que a extensão faz parte, contribui e melhora a

formação do estudante e é complementar ao ensino e à pesquisa. Botomé (1996) já defendia esta hipótese ao colocar que a extensão seria um equívoco se desvinculada do ensino e pesquisa, a pesquisa seria alienada e o ensino alienante, como enfatiza no título da obra. Se não houver também um movimento de baixo para cima, com engajamento de professores e dedicação e envolvimento de estudantes, a curricularização da extensão pode ser uma farsa ou, pior, uma fraude: fingir que estamos fazendo mais uma atividade mas ninguém consegue fazer mais do que já faz no ensino, pesquisa e administração e todas as tarefas exigentes destas atividades.

4- Da torre de marfim ao abraço com a sociedade:

Com a curricularização da extensão, a universidade terá de ir ao encontro da sociedade não somente para apresentar ideias, conhecimentos e propostas, o que já faz com as atividades de ensino e pesquisa, mas também realizar atividades, ter ações conjuntas, ter uma comunicação com grupos sociais. A comunidade universitária está mais acostumada dialogar entre seus pares, isto é, entre professores, funcionários e alunos, o que é uma conversa intra-muros. A literatura internacional refere-se às atividades de extensão como *third mission*, como adição posterior ao ensino e pesquisa, (LAREDO, 2007). A Torre de Marfim terá que abrir suas portas e abraçar a sociedade. Terá, com a implementação da curricularização da extensão, de procurar e encontrar novos interlocutores, qual seja, grupos sociais. Em termos abstratos e idealistas, este é o papel da universidade, estar junto com a sociedade, (KERR, 1963), (HLABSE, 2014). Santos (2011) contrasta a universidade do século XX com a proposta e desejo de uma universidade mais aberta e com mais interação com grupos sociais no século XXI. A universidade nos séculos XIX e XX foi, primeiro, muito concentrada nas atividades de ensino e pesquisa e seu contato com a sociedade foi feito por canais e meios tradicionais e acadêmicos, (NYBOM, 2003), (PINHEIRO, 2016). O conhecimento produzido na universidade é transferido para a sociedade por meio de aulas, palestras, artigos, livros, consultorias a empresas e governos e etc. Sem dúvida, há uma variedade e multiplicidade de contatos entre universidade e sociedade, normalmente ditado em linguagem acadêmica elaborada pela comunidade universitária. É o predomínio de uma relação unidirecional, embora haja momentos de integração da comunidade universitária com a sociedade, como em grandes movimentos sociais, sendo o movimento das Diretas Já uma boa ilustração.

Por sua vez, a curricularização da extensão exigirá a ampliação do contato com a sociedade, principalmente com grupos sociais não acadêmicos. Isto exigirá tanto um esforço da comunidade universitária de desenvolver linguagem, ações e objetivos para atingir os grupos sociais das comunidades, quanto dos grupos sociais que irão receber os estudantes para haver o

conhecimento bidirecional. É um desejo bonito, porém não será fácil realizar pela história de pouca inserção direta da universidade nos grupos e movimentos sociais, o que é a história de alguns cursos.

A universidade deu as mãos a grupos sociais em vários movimentos políticos (OLIVEIRA; GOULART, 2105). Neste sentido, a universidade esteve aberta e em sintonia com grupos sociais. No entanto, extensão não é uma atividade nem política, nem assistencialista, para mencionar os significados extremos, mas sim atividade educacional. Ensinar e aprender com grupos sociais é atividade restrita, por ora, a alguns cursos. Para outros, grupos sociais, comunidade e sociedade e suas relações com a universidade só existem na bibliografia das disciplinas⁴. Sair do abstrato da ideia de comunidade e sociedade e encontrar a realidade concreta de grupos sociais, dialogar e interagir, ensinar e aprender com eles serão tarefas com muitos obstáculos. A questão é: enfrentar os obstáculos ou fingir que está fazendo extensão e conseguir os créditos? Certamente é enfrentar os obstáculos, mas não será fácil para a comunidade universitária sair de seus muros e ser uma universidade aberta, não pelo uso de tecnologia da informação, mas pelos vários contatos com grupos sociais (SERVA, 2020), (VALÊNCIO, 1999).

De outro lado, os grupos sociais com suas demandas também perguntarão: o que os estudantes querem? O que podem fazer? O que podemos fazer? O diálogo não será fácil, mas será necessário. Idealmente, o contato com a comunidade deve permitir, principalmente quando atuando em 'áreas de grande pertinência social' (PND, 2014), descobrir demandas não atendidas pelo mercado e pelo governo, não plenamente verbalizadas pelos grupos sociais mas descobertas ou identificadas a partir do diálogo e, principalmente, a partir do aprendizado pela ação (*learning by doing*), pela experiência, pela vivência. O aprendizado baseado em problema não se resume a problemas que o professor leva para a sala de aula para os alunos resolverem, em um simulacro de realidade para os alunos acharem que estão vendo a prática. O aprendizado baseado em problemas deveria ser quando o aluno tem contato com problema, descobre demandas de grupos sociais e, tentativamente, propõem alguma solução com seus conhecimentos e com orientação de professor.

5- De passivos para ativos: professores e estudantes

Houve a percepção, ainda que tardia e expressa na exigência legal da meta de curricularização da extensão, de que as universidades brasileiras em comparação com as demais universidades no mundo estavam atrasadas em dar mais um passo. Ainda não tinham, de forma

⁴ Como professor que leciona principalmente para o curso de Ciências Econômicas, posso defender a hipótese de que este é o caso na maioria dos cursos de Ciências Econômicas no Brasil.

generalizada e massificada realizado, por exemplo, a integração entre extensão e empreendedorismo (LACKÉUS, 2015) ou se envolvido na *triple helix* (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1996), a interação universidade, empresas e governos, como nos exemplos internacionais. Portanto, havia a necessidade de estimular a operacionalização do conhecimento, o ensino também voltado para a prática, o atendimento de demandas sociais não apenas por sugestão de políticas públicas, entre elas a política educacional e universitária, mas também por ações empreendedoras, inclusive de estudantes universitários.

Devemos reconhecer que a universidade brasileira está atrasada na terceira missão e que o ensino precisa de motivação que vá além da utilização de tecnologia nas aulas. No entanto, a definição da meta de curricularização não vê problemas para alcançá-la. Mantem-se o vício de achar que estabelecido uma exigência legal, esta será implementada de acordo com as diretrizes e objetivos estabelecidos pela legislação. Para superar obstáculos deve haver uma reorientação em direção a extensão, mas para isto deve haver antecipadamente uma valorização destas atividades tanto para os professores, quanto para os alunos.

Para haver a massificação da extensão precisa haver uma oferta ampla, em termos quantitativos e de diversidade, de atividades de extensão que contem com o envolvimento, participação e ação dos estudantes. Os professores terão que aumentar a oferta de programas e projetos de extensão. Mais uma vez, isto vai precisar de um grande esforço para uma transformação quantitativa e qualitativa. Como vimos, as atividades de extensão que interessam a curricularização não são aquelas desenvolvidas pelos professores com um ou dois alunos, mas sim aquelas que levam um grupo de estudante a realizar atividades sob supervisão de professores. Há, assim, mais tarefas para o professor, além do ensino, pesquisa e administração, as quais são as tarefas ligadas a formulação de projetos e programas de extensão, acesso aos grupos sociais da comunidade, explicação dos objetivos da extensão para alunos e comunidade, supervisão e avaliação dos alunos, sem mencionar os problemas operacionais da atividade extra-campi, que serão mencionadas mais tarde. Às múltiplas atividades do professor, será adicionada mais uma. Estamos preparados para tal tarefa?

Para o estudante também não vai ser fácil saltar de nenhuma atividade de extensão para cumprimento de 10% da carga horária curricular em atividades de extensão. Mesmo os cursos com atividades complementares curriculares e estágio obrigatório ou opcional, estas atividades podem ser bem distantes da caracterização de extensão. O sistema educacional brasileiro centrado na aula do professor acostuma o aluno a uma atitude passiva em sala de aula, o que não é o ideal mas aproxima-se da realidade de sala de aula em alguns cursos. Coloco uma hipótese, baseada na experiência em sala de aula, no mínimo polêmica: o aluno se acostumou e está

satisfeito com a passividade em sala de aula. Aproveita o tempo passivo, e por vezes avaliado como ocioso em sala de aula, para realizar outras atividades e tarefas permitidas pelo computador e não vista pelo professor. A esta passividade do aluno em sala de aula, a curricularização da extensão tem uma boa notícia: mexam-se, sejam ativos e criativos.

6- Da proposta à operacionalização: financiamento, mobilidade, tempo, segurança e responsabilidade

A proposta de incentivar atividades de extensão e de sua integração com ensino e pesquisa é boa no abstrato, como princípio educacional. Mas a trajetória do abstrato para o concreto é tortuosa e cheia de obstáculos. Além dos problemas educacionais, há também problemas e obstáculos operacionais que devemos ter boa informação para superá-los e não colocar os alunos em situação desconfortável ou mesmo de risco. O principal problema operacional é que os alunos terão que sair do campus, terão novas rotas, mais despesas, mais tarefas para realizar em menos tempo, terão que compartilhar tarefas das disciplinas com tarefas da atividade de extensão, com o agravante que estas não serão no mesmo local, isto é, no campus. Há problemas de mobilidade, de tempo e de dinheiro para os estudantes.

Como colocado acima, extensão significa atividades extra-campi. Isto pode ser encarado por professores e alunos como quebra de contrato informal em relação ao conforto de se trabalhar e estudar nos campi. Mas além da argumentação de conforto, há também as inconveniências e mesmo incompatibilidades e até impossibilidades. A participação em atividade de extensão exigirá deslocamento para áreas fora dos campi, o que requer transporte e despesas. A multiplicidade das atividades de extensão em vários espaços e tempos exige novas despesas para professores e alunos, havendo necessidade de financiamento para transporte e demais despesas. As universidades terão recursos para estas atividades? O que é esporádico e resolvido por jeitinhos e sacrifícios pessoais de professores e estudantes, com financiamento de pequenas despesas e transporte próprio, quando da implantação da massificação da extensão, as necessidades e despesas vão aumentar. Então, é apropriado a pergunta: quem vai assumir estas despesas, o próprio aluno que faz a extensão ou a universidade? Se o aluno, isto deve ficar bem claro para ele.

Estranho também não haver a preocupação com o aluno matriculado no turno noturno. Qual o tempo deste aluno? Apesar da diversidade de situações individuais, o normal, a média e a própria expectativa do aluno que escolhe o turno noturno no vestibular é ter tempo de trabalhar uma jornada de 8 horas e estudar à noite. Quem dá aula à noite sabe que tem que haver tolerância com atrasos, dado problemas de locomoção que crescem na cidade, e com alimentação em sala de aula, pois alguns chegam famintos. Qual o tempo que este aluno irá

dedicar a extensão?

A curricularização da extensão, para ser implantada repentinamente ou paulatinamente, demandará uma mudança na vida dos alunos e nos horários dedicados a vida acadêmica. Como sugestão, as reformas curriculares deverão deixar espaços nas grades de horários para as atividades de extensão, preferencialmente no início dos cursos. Assim, os alunos combinarão disciplinas e atividades de extensão no início do curso e disciplinas e estágio profissional no final do curso. O estágio já faz parte do planejamento do aluno, no entanto, a extensão não.

Uma questão delicada é a segurança dos alunos. Temos responsabilidade com a segurança dos alunos quando estão nos campi. Na atividade de extensão, o aluno estará fora dos campi mas realizando uma atividade acadêmica, portanto somos, como professores coordenadores de projeto de extensão, responsáveis pelos alunos participantes. Não significa que realizar atividades com grupos sociais seja inerentemente violento, para afastar qualquer preconceito, mas significa sim reconhecer que a sociedade brasileira é violenta e esta violência é maior extra-muros da universidade do que dentro dos campi. No mínimo, os alunos devem ser amparados por apólice de seguro de vida quando de realização de atividades de extensão. Isto deve ficar claro para os professores coordenadores e para os alunos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um pequeno resumo das características, deve-se ter como referência que as atividades de extensão são com a comunidade, em termos de diálogo, vivência, experiência, e para a comunidade, em termos de ação que busque atender uma demanda da comunidade. É uma proposição de professores, de um lado, e é uma realização dos estudantes, de outro lado. A avaliação pelo professor não deve ser apenas pelo resultado e pelo alcance da ação, seja bem ou mal sucedido, mas pela observação se o diálogo entre estudantes e comunidades aconteceu, se houve esforço na realização de ações com e para a comunidade e aprendizado da experiência na formação do estudante e na complementação com ensino e pesquisa.

A curricularização da extensão exigirá um grande esforço da comunidade universitária. É uma revolução ou uma grande reforma que abrangerá vários setores da universidade. De um lado, deve-se ter o reconhecimento que estamos com vários atrasos. O contato com a sociedade deve ser ampliado, incorporando o aprendizado por ação, vivência e experiência (ou *learning by doing*). Por outro lado, estamos atrasados em termos de preparação dos agentes centrais na atividade de extensão, os professores na oferta de programas e projetos, e os alunos na demanda e na realização de atividades de extensão. Teremos que sair de uma situação de marginalização

para a massificação da extensão, o que é uma revolução ou reforma.

Sabemos o grande esforço necessário para se implementar uma boa ideia mas cuja realização é difícil: a indissociabilidade e a complementação entre ensino, pesquisa e extensão. Colocar na Constituição Federal não garante implementação. O que irá garantir é o convencimento, o esforço e a prática de se ofertar, demandar, realizar e avaliar atividades de extensão. Como na vida, o desejo está mais avançado do que a prática, o sonho está mais alto do que a realidade. Mãos à obra, espero que façamos uma grande obra.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Publicar & morrer!? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedade e Cultura**, no. 28, p. 53-69, 2009.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248 p.

Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 193)

CABRAL, N. G. **Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. Tese doutorado – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Unicersidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2012, 259 p.

CAFÉ A. L. P.; RIBEIRO, N. M.; PONCZEK, R. L. **A Docilização do Corpo Docente na Pós-Graduação Brasileira: Um Estudo sobre o Modelo Capes de Avaliação da Produção Intelectual**. Curitiba: Appris, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no. 7, de dezembro de 2018.

LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H.. Emergence of a Triple Helix of university—industry—government relations. **Science and public policy**, v. 23, n. 5, 1996, p. 279-286.

FERREIRA, A. C. S. P.; FERENC, A. V. F.; WASSEN, J. Trabalho Docente e Avaliação da Capes: estranhamento e naturalização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1321-1341, out./dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684892>

FITZGERALD, H. E.; BRUNS, K.; SONKA, S.; FURCO, A.; SWANSON, L. The centrality of engagement in higher education. **Journal of Higher Education Outreach and Engagement**, 16(3), 2012, p. 7-28.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 8ª. edição, 1983.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012

GADOTTI, M. Extensão universitária: Para quê?
https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf, acesso em 19-04-2022.

HLABSE, P. Saying what we mean & meaning what we say: Multi-versity and Uni-versity – What difference does it make? **Colloquia Revista de Pensamiento y Cultura**, vol. 1, 2014.

KERR, C. **The uses of university**. Cambridge, Massachusets: Harvard University Press. Primeira edição, 1963.

LACKÉUS, M. **Entrepreneurship in education: what, why, when, how**. OECD, European Comission, 2015.

LAREDO, P. Revisiting the Third Mission of Universities: Toward a Renewed Categorization of University Activities? **Higher Education Policy**, 2007, p. 441-456.

MARTINS, J. Extensão Universitária como Prática Educomunicativa: Contribuições para a Flexibilização de Projetos Pedagógicos. Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 05 a - 09/09/2016.

MARX, K. Posfácio à segunda edição. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MUSSOI, E. M.; LENZI, L.H.C. Extensão universitária: entre o continuismo e a utopia. **Extensio: R. Eletr. de Extensão**, v. 12, n. 20, 2015, p.103-122,

NYBOM, T. The Humboldt legacy: reflections on the past,present, and future of the European university. **Higher Education Policy**, 16, 2003, p. 141-159.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P.M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v.11, n.3, , 2015, p.8-27.

PINHEIRO, R. Humbolt meets Schumpeter? Interpreting the ‘entrepreneurial turn’ in European higher education. In: Slaughter, S.; Taylor, B.J. (editors) **Higher education, stratification and workforce development**, Higher education dynamics45, 2016, p. 291-310.

Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**, 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SERVA, F. M. **Educação superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2020, 202 p.

UFSC. <https://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/>. Acesso em 19-04-2022.

VALÊNCIO, N. F. L. S. A indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa/Extensão: verdades e

mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil. **Proposta**, n. 83, Dezembro/Fevereiro, 1999/00, p. 72-82.

Recebido em: 21/06/2022

Aceito em: 20/04/2023